

Ataque à vila de Palma agrava situação de crise humanitária em Cabo Delgado

Dez dias depois do início dos ataques brutais à vila de Palma, milhares de pessoas continuam a fugir da violência extrema e a procurar abrigo em zonas consideradas seguras. As autoridades governamentais e as agências humanitárias já registaram mais de nove (9) mil pessoas que chegaram à Cidade de Pemba e aos distritos de Nangade, Mueda e Montepuez. Os deslocados, maioritariamente mulheres e crianças, chegam por via terrestre, marítima e aérea, depois de passarem dias e noites sem alimentação e sem contactos com familiares.



Créditos: MMO Notícias

Na Cidade de Pemba, as agências humanitárias posicionaram equipas no Porto e no Aeroporto local para assistir os deslocados e um centro de trânsito foi aberto, estando neste momento com cerca de 250 pessoas. Um número muito reduzido em relação à quantidade de pessoas que diariamente chegam à Cidade

de Pemba. Ainda assim, o centro enfrenta dificuldades para alimentar as pessoas, estando a depender de doações.

Enquanto Palma continua uma vila abandonada e com focos de combates entre os terroristas e as Forças de Defesa e Segurança (FDS), Afungi transformou-se em centro de trânsito das vítimas do extremis-

mo violento. A Total, operadora do projecto Mozambique LNG da Área 1 da bacia do Rovuma, estima que existam pelo menos 23.000 pessoas refugiadas em Afungi e Quitunda, a vila de reassentamento que se encontra dentro da área protegida pelas FDS no âmbito do acordo entre a petrolífera francesa e o Governo de Moçambique.

Outras milhares de pessoas continuam a caminhar pelas matas em busca de destino seguro, segundo avançou o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários.

Desde o início do extremismo violento em Outubro de 2017, mais de 600 mil pessoas foram forçadas a abandonar as suas residências e a procurar refúgio nos distritos do sul de Cabo Delgado e nas províncias de Nampula, Niassa e Zambézia. A maioria dos deslocados está a passar por necessidades básicas devido à fraca capacidade de assistência quer por parte do Governo quer por parte das agências humanitárias. Os ataques da última semana vão agravar ainda mais a crise humanitária em Cabo Delgado, com dezenas de milhares de pessoas que abandonam a vila de Palma a precisarem de todo o tipo de apoio.



Créditos: Correio da Manhã

Total “abandona” Afungi e aumenta receios sobre continuidade do projecto

O ataque à vila de Palma é o primeiro de grandes proporções que ocorreu a menos de 40 quilómetros de Afungi, o local onde está projectado o complexo industrial da Mozambique LNG, orçado em 20 mil milhões de dólares. Devido à situação de insegurança, a Total iniciou uma operação de evacuação dos seus trabalhadores e de empresas subcontratadas para a cidade de Pemba, usando meios aéreos e marítimos. A operação de evacuação inclui o transporte de trabalhadores de Pemba para a Cidade de Maputo, local de origem da maioria. O último navio transportando trabalhadores que estavam em Afungi atracou na sexta-feira no Porto de Pemba, alimentando receios sobre a continuidade dos projectos de gás da bacia do Rovuma. No acampamento de Afungi só ficou pessoal essencial responsável pela segurança das instalações.

O ataque de quarta-feira, 24 de Março, aconteceu um dia depois do Governo e a Total terem anunciado para Abril a retoma gradual das obras de construção do complexo industrial de Afungi. O anúncio aconteceu três meses depois de a Total ter interrompido os trabalhos devido às ameaças de segurança, após ataques nas proximidades da zona de implementação do projecto Mozambique LNG. Na sequência, a petrolífera francesa exigiu às autoridades moçambicanas a definição e implementação de um plano de acção com o objectivo de reforçar a segurança num perímetro de 25 quilómetros do centro das operações petrolíferas.

Em resposta, o Governo declarou a área



Vista aerea do complexo industrial de Afungi

do projecto Mozambique LNG como sendo uma zona de operação especial de segurança e reforçou as infra-estruturas de segurança e o contingente das FDS para garantir a retoma das obras de construção da fábrica de GNL e dos programas de desenvolvimento comunitário. O controlo da zona de operação especial da área de segurança continua a ser assegurado exclusivamente pelas FDS, à luz do memorando de entendimento assinado entre o Governo e a Total em Agosto de 2020.

A grande questão que se levanta neste momento é de saber o que é que a Total

irá exigir ao Governo como condição para a retoma dos trabalhos em Afungi. O que é o Governo irá fazer para garantir a continuidade dos projectos de gás natural do Rovuma em condições de segurança e de competitividade para o desenvolvimento de Cabo Delgado e de Moçambique em geral? Será que o Governo vai abrir mão do argumento de soberania nacional e permitir intervenções militares estrangeiras pontuais? Ou vai continuar a alimentar a propaganda de que a situação está controlada até ao próximo ataque de grandes proporções?

DAG não renova contrato e já está a desmobilizar seu quartel em Pemba

O DAG, a empresa militar privada contratada pelo Ministério do Interior para apoiar as FDS no combate ao extremismo violento, está de saída de Moçambique um ano depois da assinatura do primeiro contrato. A empresa não conseguiu a terceira renovação do contrato com o Governo que termina no dia 6 de Abril, apesar de propaganda que fez para prorrogar a sua presença em Moçambique.

Seu líder e fundador Lionel Dyck, coronel zimbabweano na reserva, disse em entrevista à BCC que a DAG tinha alertado sobre a iminência do ataque à vila de Palma, mas seu alerta não fora levado a sério. Na mesma entrevista, o coronel que já combateu contra a guerrilha da Renamo a pedido do Governo de Samora Machel, disse que as FDS estão “desmoralizadas” e não têm equipamento apropriado para conter a guerrilha. Durante os ataques à vila de Palma, a DAG até fez um trabalho notável na evacuação aérea das vítimas, maioritariamente dirigentes locais e trabalhadores de empresas ligadas aos projectos de gás da bacia do Rovuma.

Mas a empresa de “mercenários” também não tem meios modernos e/ou apropriados para combate aéreo: à excepção dos helicópteros Gazelle, as outras aeronaves da empresa não são necessariamente de combate, mas foram adaptadas e equipadas com armas. O DAG já estava em operações quando os terroristas assaltaram a sede do Distrito de Muidumbe (Namacande) e massacraram 52 jovens na aldeia de Xitaxi - no mesmo distrito, e assaltaram a sede do Distrito de Macomia e, por duas ocasiões, a vila municipal da Mocimboa da Praia – que ainda se encontra ocupada. Isto mostra que a sua presença em Cabo Delgado não foi suficiente para conter o avanço dos grupos terroristas.

Mais grave ainda é que o DAG é acusado de violação dos direitos humanos em Cabo Delgado. Segundo o mais recente relatório da Amnistia Internacional, os operacionais da empresa militar privada dispararam metralhadoras dos helicópteros e lançaram granadas de mão indiscriminadamente contra multidões, além de dispararem contra infra-estruturas civis, como hospitais, escolas e residências. O coronel Lionel Dyke, confirmou, em entrevista à BBC, que seus operacionais tinham atacado um hospital em Cabo Delgado. Sem precisar nome, Lionel Dyke alegou que o ataque com heli-canhões foi com consentimento de um



general das FDS¹.

Liderada pelo Comandante-geral da PRM, Bernardino Rafael, a contratação do DAG ocorreu num contexto em que Moçambique não aderiu ao Documento de Montreux sobre Obrigações Legais Internacionais Pertinentes e Boas Práticas Relacionadas com as Operações de Companhias Particulares Militares e de Segurança durante Conflito Armado para os Estados, uma iniciativa do Governo da Suíça e do Comité Internacional da Cruz Vermelha. Aplicável nos Estados contratantes de empresas militares (como Moçambique) e nos Estados de origem (como África do Sul), o Documento de Montreux reafirma a obrigação dos Estados de assegurarem que as empresas militares privadas e de segurança que operam em conflitos armados cumpram com o Direito Internacional Humanitário e os direitos humanos.

Além de contestar a presença do DAG, as FADM reclamam o controlo de todas as operações de combate ao extremismo violento em Cabo Delgado como forma de evitar dois

centros de comando. Na verdade, desde que os ataques iniciaram em Outubro de 2017, o Presidente da República sempre deu protagonismo ao Comando-Geral da PRM que, além de liderar o comando operacional Norte, tem milhares de homens da Unidade de Intervenção de Rápida (UIR) envolvidos nos combates.

O protagonismo atribuído à PRM não só cria problemas de comando como também viola a Lei nº17/97, de 1 de Outubro, que aprova a Política de Defesa e Segurança. No seu artigo 7, a lei supracitada define a Defesa Nacional como “a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos, que visa assegurar a independência e a unidade nacional, preservar a soberania, a integridade e a inviolabilidade do país e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer ameaça ou agressão armada”. O artigo 8 da Lei nº17/97, de 1 de Outubro, estabelece, porém, que a componente militar da Defesa Nacional é assegurada pelas FADM e a não militar pelos demais órgãos do Estado.

¹ <https://www.bbc.co.uk/sounds/play/w172xv50mcj7nv2?fbclid=IwAR3easbTwekuMW9PZ6M0YPclTfziBnjNjQQ27AvEDQvYX0liFbuBSHc9p8A>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

